

Somos hoje uma colônia do nosso próprio Estado

Nós já conquistamos a liberdade política, mas vamos perdê-la se não soubermos conquistar a liberdade econômica.

Em diversos editoriais já dissemos aqui, que, se tudo mudou nesse país em termos de liberdade política e no tratamento dos conflitos sociais, incluindo o trabalho de remoção do entulho autoritário, nada, absolutamente nada, mudou no tratamento que o governo dá ao problema econômico-financeiro. O poder dos atuais ministros da área econômica e financeira é tão ditatorial quanto era o poder do sr. Delfim Neto e sua equipe, mesmo porque não foram alterados quaisquer dos instrumentos e mecanismos de que dispunha a Velha República para agir discricionariamente nesta área.

Agora, infelizmente, verificamos também que não mudou a mentalidade; a que impera hoje é idêntica à que marcava a atuação dos homens responsáveis pela política econômica dos governos anteriores. Na semana que passou, lemos no *Jornal do Brasil* um artigo de um empresário carioca, Donald Stewart Jr., no qual ele definia, com extrema felicidade, essa situação. Stewart Jr. mostrava que nada se alterou em relação à Velha República, como nada mudou desde os tempos do Brasil Colônia, quando Portugal saqueava sem nenhum limite ou impedimento legal nossas riquezas:

"Somos hoje uma colônia do nosso próprio Estado. (...) De certa maneira vive em nosso país, para a maior parte da atividade econômica, um regime feudal, um novo feudalismo. (...) O fato de os detentores do poder eventualmente mudarem (mesmo para a oposição) não elimina sua característica feudal, da mesma maneira que trocar a cada quatro anos de general-presidente não fez do Brasil uma democracia".

Neste fim de semana, se ainda fosse preciso isso, tivemos uma demonstração definitiva de que assim é. É o caso da nova agressão fiscal que o governo prepara para ser aprovada este ano e valer no próximo. O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, anuncia o estudo dessa carga fiscal, sem cogitar de que a mudança política que houve no País dá ao povo brasileiro condições de não aceitá-la e de se mobilizar, como se mobilizou para conquistar sua liberdade política, para exigir também sua liberdade econômica.

A História está cheia de exemplos de revoltas e até de grandes revoluções provocadas pela voracidade fiscal dos governos. Dizer que os novos impostos só afetarão os ricos é demagogia do mais baixo teor. Qualquer aumento de imposto nesta altura, capaz de reduzir o catastrófico déficit público do governo — que se recusa a cortar o que deve e pode nos seus gastos astronômicos —, terá, fatalmente, repercussões negativas para todos e cada um dos 130 milhões de brasileiros, ainda que esse aumento não incida diretamente sobre o rendimento dos mais pobres. É, aliás, a extrema limitação do espaço tributável da sociedade brasileira que dá a exata medida da irresponsabilidade dos governantes que não hesitam em tentar corrigir os efeitos nefastos de sua prodigalidade aumentando nossa carga tributária.

Quando o sr. Luís Gonzaga Belluzzo afirma, no Congresso, que a carga tributária brasileira é "inadequada à necessidade de financiamento interno do governo", ele está apostando, mais uma vez, na crença de 130 milhões de brasileiros. Não somos um povo de imbecis e sabemos perfeitamente que o que é realmente inadequado, para usar um eufemismo, é a eterna e irremovível incapacidade, ineficiência e irresponsabilidade com que todo e qualquer governo, ao longo de toda a história de nosso país, sempre lidou com as finanças públicas. Sabemos, também, pelo que estamos vendo, que não é agora, ainda, que isso vai mudar.

É o próprio presidente José Sarney que diz, para quem quiser ouvir, que nunca, desde que está na Presidência, algum líder do partido do governo — o PMDB — o procurou que não fosse para pedir a nomeação de algum protegido para algum cargo público. A mentalidade das lideranças políticas do partido que até ontem era de oposição é aquela mesma que levou o último governo autoritário a praticar o crime que se traduz no que o próprio ministro Funaro resumiu quando disse que a folha de pagamento da administração federal direta, hoje, está na casa dos 47 trilhões de cruzeiros quando, se não fosse a liberalidade de fim de governo da administração Figueiredo, esta folha deveria ser "apenas" da ordem de 27 trilhões de cruzeiros. Isso para não falar no que ocorre na área da administração indireta, particularmente nas empresas estatais, onde se aloja, hoje em dia, a aristocracia dos assalariados deste país.

Quando o sr. Belluzzo assegura, no Congresso, "que não será possível o governo promover o crescimento social e industrial do País sem o aumento da carga tributária", nós lhe respondemos que não será possível, com ou sem aumento da carga tributária, o governo promover o crescimento industrial do País, em primeiro lugar porque não lhe cabe promover esse crescimento, mas sim à empresa privada, desde que o governo não a atrapalhe. Como, aliás, não se cansa de repetir, em suas belas peças oratórias, o presidente da República. E o crescimento do setor privado vai-se tornando cada vez mais difícil exatamente porque, como demonstra esse novo projeto de sangria fiscal, cabe ao que resta da empresa privada neste país pagar a conta da incapacidade e da incompetência dos governos que se sucedem.

O sr. Belluzzo precisa saber também que jamais será possível ao governo promover o "crescimento" social porque só há uma maneira de fazer isso em qualquer parte do mundo, que é dar condições de educação e saúde a cada um dos cidadãos brasileiros, para que ele possa, promovendo

o seu próprio "crescimento econômico", contribuir para o crescimento geral do País. E até hoje, no Brasil, a prioridade para a educação e a saúde tem sido, sistematicamente, apenas um alimentador da demagogia oficial.

Aí está o desafio à sociedade brasileira resumido na frase com que abrimos este editorial: ou nos unimos, ou nos mobilizamos, com a mesma eficiência que demonstramos por ocasião da campanha das diretas-já, para impedir que o governo tire ainda mais do que já nos tira para pagar bilhões e bilhões de dólares de dívidas das Siderbrás, Eletrobrás e de tantas outras brás que andam por aí, ou não tenhamos dúvida de que, sob a batuta dos "estruturalistas" de Dilson Funaro, iremos completar rapidamente o processo de ocupação pelo Estado do espaço econômico nacional, desencadeado pelos "monetaristas" de Delfim Neto.